

PROCESSO DE CONURBAÇÃO: ELEMENTOS ESPACIAIS DO FENÔMENO EM ÁREA NÃO METROPOLITANA

Alexandre Eduardo Santos¹
Dimas Moraes Peixinho²

Resumo: As mais variadas formas pelas quais o fenômeno urbano se manifesta por meio da produção do espaço urbano possibilitaram a formação de cidades, que ultrapassam os limites político-administrativos formando um novo tipo de organização espacial urbana. A esse tipo de cidade foi cunhado o termo conurbação, que é um fenômeno característico das grandes áreas urbano-industriais em suas regiões metropolitanas, mas que posteriormente, por meio dos processos de desconcentração metropolitana, junto às contingências, passa a ocorrer fora da metrópole. Assim, este artigo apresenta uma investigação teórica acerca do fenômeno de conurbação, com ênfase na ocorrência em áreas fora do eixo metropolitano, tendo como área de estudo empírico a conurbação formada pelas cidades de Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO. O termo é analisado desde seu surgimento, no início do século XX, até as mais recentes utilizações nas pesquisas científicas. Nesse sentido, apresentamos um esforço de identificar os elementos espaciais que caracterizam e possibilitam a ocorrência do fenômeno em área não metropolitana, a fim de compreender como o mesmo reconfigura o espaço urbano. Consideramos que o termo expressa a coalescência de áreas urbanas, numa dinâmica que envolve limites político-administrativos, interações espaciais e inter-relações socioeconômicas, tanto no processo em sua forma clássica nas grandes cidades, como em espaços urbanos não metropolitanos.

Palavras-chave: Conurbação não metropolitana; Limites político-administrativos; Interações espaciais; Inter-relações socioeconômicas.

PROCESS OF CONURBATION: SPATIAL ELEMENTS OF THE PHENOMENON IN NON-METROPOLITAN AREA

Abstract: The various ways in which the urban phenomenon manifests itself through the production of urban space made possible the formation of cities beyond the political and administrative boundaries forming a new type of urban spatial organization. In this kind of town was the term coined conurbation which is a characteristic phenomenon of large urban-industrial areas in metropolitan areas, and later through the metropolitan decentralization processes, with the contingencies shall occur outside the metropolis. Thus, this paper presents a theoretical investigation into the conurbation phenomenon, with emphasis on the occurrence in

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). ale.edu.geo@gmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Jataí. dimaspexinho@yahoo.com

Estudos Geográficos, Rio Claro, 13(1): 35-52, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

areas outside the metropolitan axis, with the empirical study of the area conurbation formed by the cities of Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT and Aragarças-GO. The term is analyzed since its inception in the early twentieth century to the latest uses in scientific research. In this sense, we present an effort to identify the spatial elements that characterize and allow the occurrence of the phenomenon in non metropolitan area, in order to understand how this phenomenon reconfigures the urban space. We believe that the term expresses the coalescence of urban areas, a dynamic that involves political and administrative boundaries, spatial interactions and socioeconomic interrelationships, both in the case in its classic form in large cities, as in non-metropolitan urban areas.

Keywords: Conurbation non-metropolitan; Political and administrative boundaries; Spatial interactions; Socioeconomic interrelationships.

INTRODUÇÃO

O fenômeno urbano tem se manifestado em formas, processos e organizações espaciais cada vez mais diversificadas. Destarte, os diversos fenômenos e processos que classicamente se restringiam às grandes cidades passaram a se manifestar também fora do eixo metropolitano.

Na tradição geográfica, o fenômeno urbano manifesta-se por meio de três linhas de investigação, sendo a primeira o processo de urbanização, a segunda na escala da rede urbana e a terceira na escala do espaço intraurbano³. No que tange às duas escalas, verificamos a existência de uma escala intermediária entre o espaço urbano e a rede urbana, que se manifesta em forma de espaços conurbados. Portanto, o município perde a referência para a análise do fenômeno urbano, sendo necessário admitir formas urbanas que extrapolam os limites político-administrativos.

Nesse contexto, o processo de conurbação, enquanto fenômeno urbano foi definido classicamente como o processo de expansão urbana que ocorre nos grandes aglomerados urbanos, em que a metrópole se expande sobre as cidades do seu entorno. Entretanto, uma vez que a conurbação é resultado da expansão urbana, mais recentemente passou-se a se admitir a ocorrência do fenômeno também em áreas não metropolitanas.

Assim, este texto corresponde à investigação de caráter bibliográfico e documental de nossa pesquisa de dissertação, que tem como objetivo compreender a dinâmica espacial do fenômeno de conurbação com ocorrência em área não metropolitana, a partir da expansão urbana das cidades de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, no Estado Mato Grosso, e Aragarças, no Estado de Goiás.

Essas cidades têm no comércio e na prestação de serviços a base de sua economia na atualidade. De acordo com dados do IBGE, a população dos municípios que formam a conurbação, em 2010, era de 80.260 habitantes, sendo

³ Corrêa (2003) afirma que a inteligibilidade do fenômeno urbano pela Geografia se dá por meio da investigação do processo de urbanização, bem como entre as escalas da rede urbana e do espaço intraurbano. A escala da rede urbana pode ser compreendida como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados. Já a escala do espaço intraurbano refere-se ao espaço interno da cidade. Segundo o autor, as duas escalas conceituais, a da rede urbana e a do espaço urbano não estabelecem uma dicotomia, mas, ao contrário, ressalta as ricas possibilidades de se analisar o mundo real, o urbano no caso, em dois níveis conceituais complementares.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 13(1): 35-52, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

56.560 em Barra do Garças, 18.305 em Aragarças e 5.395 em Pontal do Araguaia, com uma taxa de urbanização que atinge os 90,97%.

Destarte, o texto procura, por meio de um diálogo com diferentes autores que tratam o fenômeno da conurbação, responder em que medida o fenômeno de conurbação poderá acontecer em áreas não metropolitanas e, acontecendo, como esse fenômeno reconfigura esse espaço urbano.

Assim, apresentamos um esforço de compreensão do conceito de conurbação, desde o surgimento do termo, frente ao intenso processo de expansão urbano-industrial na Europa no final do século XIX, até as utilizações mais recentes do conceito, atentando para as características do fenômeno nos diferentes contextos urbanos. A partir da definição do conceito, buscamos identificar os elementos espaciais que caracterizam e possibilitam a ocorrência do fenômeno em área não metropolitana.

PROCESSO DE CONURBAÇÃO: FENÔMENO E TERMINOLOGIA

A materialização do fenômeno urbano adquire formas, processos e organizações espaciais que ultrapassam os limites de ordem administrativa, política e econômica, nos quais áreas urbanas fundem-se, originando um fenômeno urbano relativamente recente se comparado à origem da cidade e do próprio fenômeno de urbanização.

O expressivo crescimento urbano-industrial ocorrido na Europa, no final do século XIX e no início do século XX, possibilitou os primeiros agrupamentos de cidades, e, dentro desse contexto, mais precisamente na Inglaterra, Geddes (1994) analisa a evolução dessas cidades, com ênfase nos grandes agrupamentos demográficos que vinham se formando e mudando a natureza da autonomia local frente à propagação e ao adensamento da massa urbana. Para o autor, esse fenômeno requeria um aumento em nosso vocabulário, pois a expressão de uma nova ideia para qual ainda não existe um vocábulo merece uma nova palavra.

Essas cidades-região, essas cidades-agrupamento pedem um nome. Não podemos chamá-las de constelações; o vocábulo conglomerações me parece mais próximo da realidade presente, mas ainda não é pertinente. E conurbações? Essa talvez seja a palavra necessária, a expressão dessa nova forma de agrupamento demográfico, que já está, subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social, e, em seguida, de governo e de administração bem definidos (GEDDES, 1994, p.48).

A análise espacial da urbanização e da organização espacial urbana da Europa industrial em que Geddes (1994) propõe o conceito de conurbação, distinguindo-a da cidade histórica pré-industrial, aparece em Mumford (1991), ao abordar a remoção dos limites quantitativos a partir do intensivo processo de urbanização, levando a um crescimento explosivo, prognosticando uma conurbação universal.

O resultado que se ameaça é uma conurbação universal. Aqueles que ignoraram a definição original de Geddes, meio século atrás, redescobriram recentemente o próprio fenômeno e o trataram como se

fosse algo inteiramente novo. Alguns chegaram mesmo a aplicar erroneamente à conurbação o inadequado termo Megalópolis, embora represente, na realidade, justamente o contrário da tendência que levou a existir a antiga cidade desse nome. A cidade histórica supercrescida era ainda, residualmente, uma entidade: a conurbação é uma não-entidade e torna-se mais patente como tal à medida que se propaga (MUMFORD, 1991, p. 583).

A partir do crescimento urbano analisado por Geddes (1994) e Mumford (1991), o termo conurbação surge para designar a unificação das cidades a partir da remoção dos limites territoriais quantitativos em detrimento de mudanças qualitativas nos centros urbanos, estendendo sua área de influência e promovendo uma integração entre esses centros, que se torna a característica principal do fenômeno da conurbação.

No que tange à propagação urbana, em que Mumford (1991) discute o grande aumento populacional nas cidades durante os séculos XIX e XX, em detrimento do avanço das técnicas infraestruturais nos grandes centros urbano-industriais da Europa e nos Estados Unidos, vale ressaltar o destaque que o autor dá a ocorrência de conurbações em cidades menores, a partir da aproximação de áreas urbanas de cidades vizinhas.

O aumento das cidades com população superior a cem mil habitantes foi igualmente notável; e essas cidades menores também tinham seus anéis suburbanos: mesmo em áreas tais como a Carolina do Norte, onde existia uma oportunidade quase providencial para criar um equilíbrio regional, em constelações separadas de cidades, nenhuma das quais poderia ter mais de 100 000, essas cidades separadas ir-se-iam assim agregar numa massa urbana não diferenciada e disforme, ou “conurbação” (MUMFORD, 1991, p. 571).

Nesse sentido, o referido autor percebe a ocorrência do fenômeno da conurbação para além das grandes áreas metropolitanas, utilizando o conceito cunhado por Geddes (1994) para representar a agregação de áreas urbanas com menor quantitativo populacional. A partir de suas análises, Mumford afirma que esse crescimento urbano que possibilita a formação de conurbações, “assinala a mudança de um sistema orgânico para um sistema mecânico, do crescimento propositado para a expansão sem propósito” (MUMFORD, 1991, p. 583). O que nos remete a pensar a conurbação como uma forma espacial urbana mecanicista, mas que ocorre “espontaneamente”.

A ocorrência de conurbações no Brasil decorre de uma produção espacial que difere daquela observada na Europa e nos Estados Unidos, uma vez que o processo de urbanização brasileira, segundo Santos (1993), acontece tardiamente em relação aos países da Europa e aos Estados Unidos. O processo de urbanização no Brasil ocorre tendo como principais fatores, a modernização do processo produtivo no campo junto ao processo de industrialização tardia, num movimento de êxodo dos moradores do campo para a cidade, que se torna o lócus da economia.

Neste contexto, Villaça (2001) apresenta uma grande contribuição teórica acerca do processo de conurbação no Brasil. Conforme Mumford (1991) antecipou, muitos pesquisadores tratam o fenômeno como algo totalmente inédito, sem fazer referência à origem e à aplicação do termo. Villaça (2001) faz uma retomada ao surgimento do fenômeno, mas não menciona a origem do termo, no entanto, *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(1): 35-52, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

apresenta um aporte teórico que possibilita um entendimento sobre a ocorrência e o processo de conurbação no território brasileiro.

Para o autor, os processos de conurbação aconteceram em meados do século XIX, em algumas importantes cidades da Europa, posteriormente nos Estados Unidos e, por volta da década de 1920, no Brasil, quando as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro começam a se conurbar com suas respectivas cidades circunvizinhas, com o intenso aumento do quantitativo populacional das cidades a partir do início dos processos de urbanização e industrialização no país.

No território brasileiro, existem inúmeras conurbações que não são oficialmente consideradas áreas metropolitanas. No entanto, Villaça (2001) analisa o processo de conurbação no Brasil a partir de grandes metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, afirmando que a conurbação metropolitana apresenta-se como um processo devorador de cidades e produtor de bairros, numa fusão de áreas urbanas.

De maneira genérica, Villaça (2001) define o termo conurbação como a fusão de áreas urbanas de diferentes municípios, no entanto, estabelece uma definição para o termo para subsidiar suas análises, caracterizando conurbação como:

[...] as várias formas pelas quais uma cidade em crescimento absorve e/ou gera núcleos urbanos a sua volta, às vezes pertencentes a outras unidades político-administrativas, formando um tipo particular de cidade. A particularidade está no fato de que, a uma única cidade, passam a corresponder, em termos de Brasil, mais de um município (VILLAÇA, 2001, p. 49).

Nesse sentido, o processo de conurbação acontece quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios. Dessa forma, o autor entende que uma cidade absorve a outra quando passa a desenvolver com ela “intensa vinculação socioeconômica”, num processo que envolve uma série de transformações, tanto no núcleo absorvido como no que absorve.

Assim, podemos pensar a conurbação para além da proximidade física entre diferentes áreas urbanas, levando em consideração os vínculos social e econômico que se estabelecem entre elas. Portanto, para que o processo de conurbação ocorra, além da proximidade que leva à continuidade do tecido urbano, é necessário que as cidades estabeleçam um vínculo de caráter social e econômico, que se dá por meio das interações espaciais. Sobre essa intensa vinculação socioeconômica, Villaça (2001, p. 51) explica sua natureza.

Evidentemente, essa ideia – a de intensa vinculação socioeconômica – é vaga. Para esclarecer essa questão, já ajuda bastante se essa vinculação se limitar apenas aos vínculos de natureza intraurbana. Dentro desse vínculo, devem ser destacados os deslocamentos espaciais de pessoas, já que eles caracterizam o espaço intraurbano em oposição ao deslocamento de cargas. Por outro lado, dentre os deslocamentos de pessoas, devem ser destacados os deslocamentos rotineiros, sistemáticos, diários ou quase diários, como aqueles entre residência e local de trabalho ou entre residência e escola. Devem também ser considerados os vínculos manifestados através das

telecomunicações, particularmente o telefone que sejam tipicamente intraurbanos.

Partindo desse pressuposto, o autor entende os fluxos como fundamentais ao processo de vinculação socioeconômica, e, a partir da análise desses movimentos no espaço intraurbano das cidades, estabelece a condição indispensável para se pensar a diluição dos limites político-administrativos, em detrimento de uma mancha urbana que, além de contínua, seja integrada, por meio dos laços de caráter socioeconômicos.

Posteriormente, num exercício de descrição e classificação, Villaça (2001) apresenta as quatro principais formas pelas quais se manifesta o processo espacial de conurbação nas principais áreas metropolitanas brasileiras, nas últimas décadas, analisando as diferentes formas de ocorrência do fenômeno frente às particularidades da produção do espaço por meio do processo de urbanização local.

O autor apresenta as quatro formas, respectivamente: a primeira, que acontece quando a conurbação é constituída por núcleos que nunca chegaram a atingir plenamente a condição de cidade, pois já nasceram como subúrbio; a segunda forma assume o processo de absorção pela cidade central, na qual o polo central é formado a posteriori; a terceira forma de absorção é constituída por aglomerações que chegaram a atingir significativo desenvolvimento enquanto cidades; e a quarta em que o núcleo urbano que sofre o processo de absorção metropolitana é constituído de cidades muito pequenas, algumas das quais já foram mais importantes no século XIX do que são hoje.

Na perspectiva do urbanismo, Rigatti (2009) analisa a conurbação formada pelas cidades coalescentes à metrópole gaúcha, utilizando dados matemáticos para medir o índice de conurbação. O modelo teórico utilizado pelo autor tem por finalidade apreender o processo de conurbação a partir da medida da integração espacial global, na qual se mede o nível de acessibilidade de trechos de algumas vias em relação à outros trechos que compõem o sistema espacial, identificando áreas centrais, as distâncias e as conectividades.

De acordo com o autor, o índice é capaz de explicar de que modo as partes e o todo produzem características morfológicas em áreas conurbadas. A forma como o índice matematiza as integrações por meio das ruas acaba tornando um modelo de aplicação exclusiva em áreas metropolitanas, haja vista que, em cidades pequenas e médias, as vias de maior fluxo de interação espacial são reduzidas, como no caso da Conurbação do Araguaia, em que as únicas vias de ligação entre as cidades são as pontes sobre os rios que as separam.

As produções de cunho teórico-metodológico, bem como as análises mais sistemáticas em relação ao fenômeno de conurbação, tem se direcionado às grandes metrópoles brasileiras. No que se refere aos processos de conurbação em áreas não metropolitanas, são poucas as produções geográficas. Ainda que os fenômenos urbanos característicos das grandes cidades venham ocorrendo também em cidades de portes médio e pequeno, esses fenômenos nem sempre foram privilegiados nas análises geográficas.

De modo geral, o conceito de conurbação vem sendo empregado nos trabalhos científicos e nos documentos de instituições públicas e privadas para designar a unificação de áreas urbanas de diferentes unidades político-administrativas, formando uma mancha urbana contínua. Em alguns trabalhos, aparece o termo micro-conurbação para referenciar as conurbações que ocorrem em cidades pequenas fora do eixo metropolitano.

As limitadas produções sobre a ocorrência do processo de conurbação não metropolitana remetem-nos a relacionar a conurbação diretamente às grandes cidades. Jamarillo (2008) define conurbação como um fenômeno que independe do tamanho da cidade.

La conurbación es un fenómeno mediante el cual dos o más ciudades se integran territorialmente, independientemente de su tamaño, de sus características propias y de la adscripción administrativa que posean. [...]

Este término tiene sentido de continuidad y puede ser aplicado tanto al proceso como al resultado. La integración física -como hecho material- a la vez que es un resultado, es generador de diversas dinámicas de interacción en lo social, lo cultural, lo político, lo económico, etc. Estas dinámicas no siempre tienen un correlato con el contexto político -administrativo el cual se desenvuelven y en muchas ocasiones ello genera tensiones y rupturas que causan repercusiones territoriales[...] En la conurbación coexisten la integración y la escisión [...] (JAMARILLO, 2008, p. 2).

A autora percebe a conurbação como processo e como resultado da integração física e da interação social, cultural, política e econômica. Braga et. al. (2012) analisam a estrutura espacial de cidades gêmeas⁴, a partir do conceito de conurbação, para analisar as conurbações de fronteira seca entre cidades de pequeno porte do Brasil – no estado do Rio Grande do Sul – e o Uruguai.

Ainda em relação aos estudos que tratam do processo de conurbação em área não metropolitana, ressaltamos o de Tessari (2009), que estudou o processo de expansão urbana e conurbação em aglomeração urbana no interior paulista, analisando o caso das cidades de Araraquara e Américo Brasiliense.

O mesmo autor reconhece o abandono das análises do fenômeno de conurbação nos trabalhos da Geografia urbana brasileira, e, sobre essa “ausência”, apresenta uma hipótese sustentada pelo entendimento de que a evolução do pensamento geográfico de cunho marxista, que resultou na Geografia crítica, busca uma análise *stricto sensu* da espacialidade do conjunto urbano, prevalecida pela materialização das lutas de classe manifestadas na cidade, assim deixando de analisar, em uma perspectiva mais ampla e contextual, os temas de cunho regional e interurbano.

Algumas produções utilizam o termo aglomerado urbano para designar o fenômeno, como a de Ultramari e Moura (1994). Os últimos autores afirmam que:

(...) [a] aglomeração urbana representa o espaço de comutação diária entre cidades, isto é, o desenvolvimento de relações interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único.

Tal fenômeno é entendido como sendo físico, isto é, expresso pela continuidade de manchas urbanas. Todavia, relações socioeconômicas complementares entre municípios também podem indicar aglomerados urbanos, independentemente de uma unicidade físico-territorial (ULTRAMARI E MOURA, 1994, p.125).

⁴ Machado (2005) utiliza o termo cidades gêmeas para definir as cidades nas quais o município faz divisa com municípios de países vizinhos, ou seja, as cidades da zona de fronteira que, de alguma forma, interagem entre si. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(1): 35-52, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Miyazaki (2008) faz um estudo do processo de aglomeração urbana que envolve as cidades de Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó, no estado de São Paulo. Nesse caso específico, as cidades não apresentam coalescência das áreas urbanas. Assim, o autor afirma que o aglomerado urbano não requer continuidade territorial urbana, uma vez que os diferentes municípios se integram e se articulam por meio de interações espaciais decorrentes de diferentes tipos de fluxos.

Admitindo que estejam sendo utilizadas duas definições para um fenômeno que tenha consideráveis similitudes, faz-se necessário um esforço de diferenciação dos conceitos de conurbação e aglomerado urbano. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o termo aglomerado define o conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação. Nesse sentido, o IBGE (2010) utiliza o termo, sobretudo, para designar aglomerados rurais, povoados, núcleos e lugarejos.

Villaça (2001, p. 52) admite essa perspectiva, afirmando que um aglomerado urbano “apresenta um mínimo de atividades centrais, sejam religiosas, administrativas, políticas, sociais ou econômicas”. Dessa forma, o conceito de aglomerado urbano remete a um espaço que exerça alguma função central por meio de suas formas e estruturas.

Ressalte-se que muitos autores clássicos e atuais da Geografia Urbana também usam o termo aglomerado, como sugere o autor supracitado. Partindo do pressuposto de que o conceito de aglomerado urbano pode apresentar essa dupla definição, entendemos que o aglomerado precede à conurbação, e, nesse sentido, o conceito de conurbação torna-se mais adequado aos nossos objetivos.

O termo aglomeração urbana também aparece na Constituição Federal (1988), quando dá aos estados autonomia e possibilidade de instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Os termos aglomeração urbana e região metropolitana aparecem frequentemente em trabalhos, sendo considerados sinônimos do termo conurbação. No entanto, deve-se estar atento ao uso desses termos, uma vez que os fenômenos podem ocorrer de forma assíncrona com as regulamentações legais reconhecidas pela União.

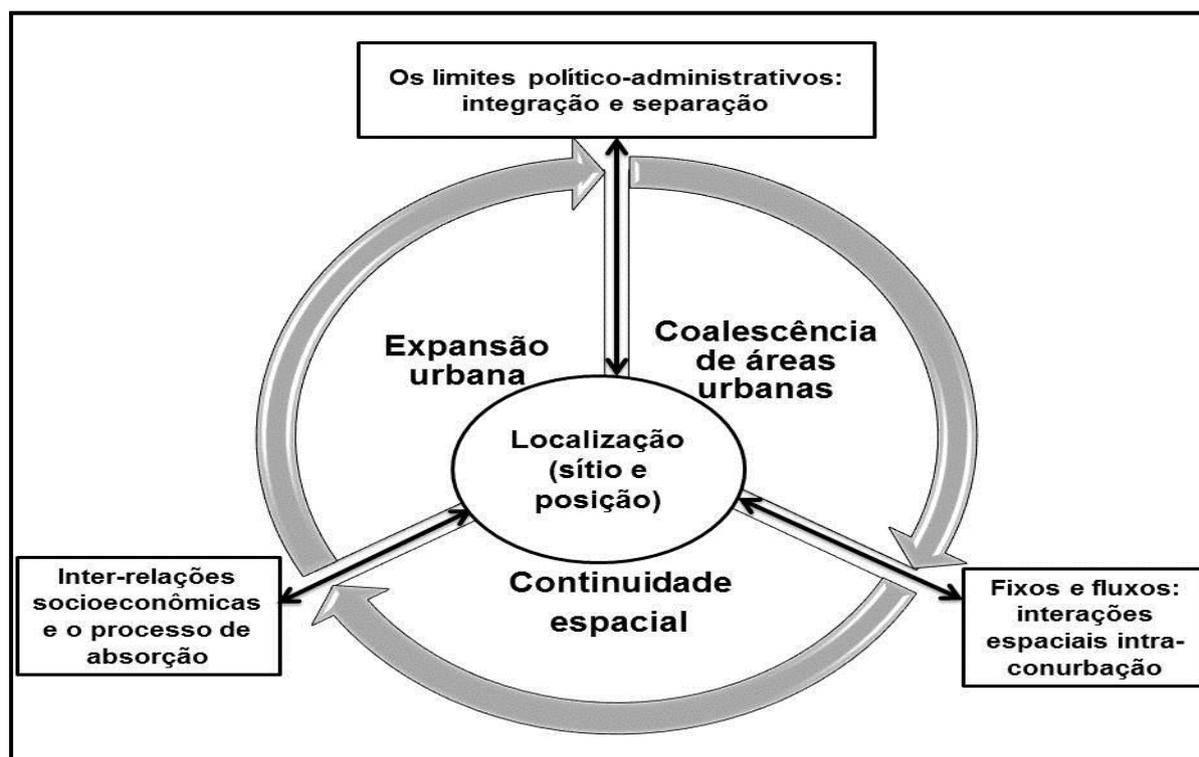
Os processos que envolvem os fenômenos de conurbação apresentam diversas formas de origem e desenvolvimento, os quais, muitas vezes, não são facilmente perceptíveis no tempo e no espaço. Dessa forma, o termo conurbação pode ser entendido como a fusão de áreas urbanas que se relacionam em seus aspectos econômicos, sociais e culturais⁵. Estas relações estão associadas, principalmente, aos deslocamentos, ou seja, aos fluxos que são produzidos no espaço intraurbano das cidades a partir dos fixos, podendo, assim, serem aplicados às cidades produzidas em áreas não metropolitanas e que apresentam um processo particular de urbanização e de fusão das manchas urbanas.

⁵ Os aspectos culturais constituem um dos elementos que compõem o processo de conurbação. Esses aspectos de ordem cultural estão diretamente ligados aos modos de vida, sobretudo à homogeneização de costumes e hábitos entre os habitantes que compartilham uma mesma área urbana, fragmentada pelos limites político-administrativos. No entanto, neste trabalho, esse não será um elemento privilegiado de análise, podendo ser objeto de uma pesquisa específica.

A conurbação, enquanto fenômeno espacial dá-se a partir da contradição entre as cidades enquanto organismo físico e socioeconômico integrado e as cidades enquanto unidades político-administrativas fragmentadas. Essa contradição requer uma análise da conurbação - a partir da dialética, por meio de suas leis, da passagem da quantidade à qualidade, da interpenetração dos contrários e da negação da negação⁶ -, que possa subsidiar as ações frente ao que o fenômeno requer do ponto de vista do planejamento urbano-regional.

ELEMENTOS ESPACIAIS DO FENÔMENO DE CONURBAÇÃO EM ÁREA NÃO METROPOLITANA

Frente à investigação teórica acerca do processo de conurbação, entendemos que tal fenômeno é resultado da expansão urbana, que culmina na coalescência das cidades, levando à continuidade espacial. Os limites político-administrativos, as interações espaciais, as inter-relações socioeconômicas e o processo de absorção são elementos que compõem o processo de conurbação em sua forma clássica, nas grandes cidades e também em cidades de portes médio e pequeno, em diferentes contextos urbano-regionais, levando em consideração a gênese e a localização geográfica das cidades que formam a conurbação. Tais elementos e suas inter-relações estão representados no Esquema 1.



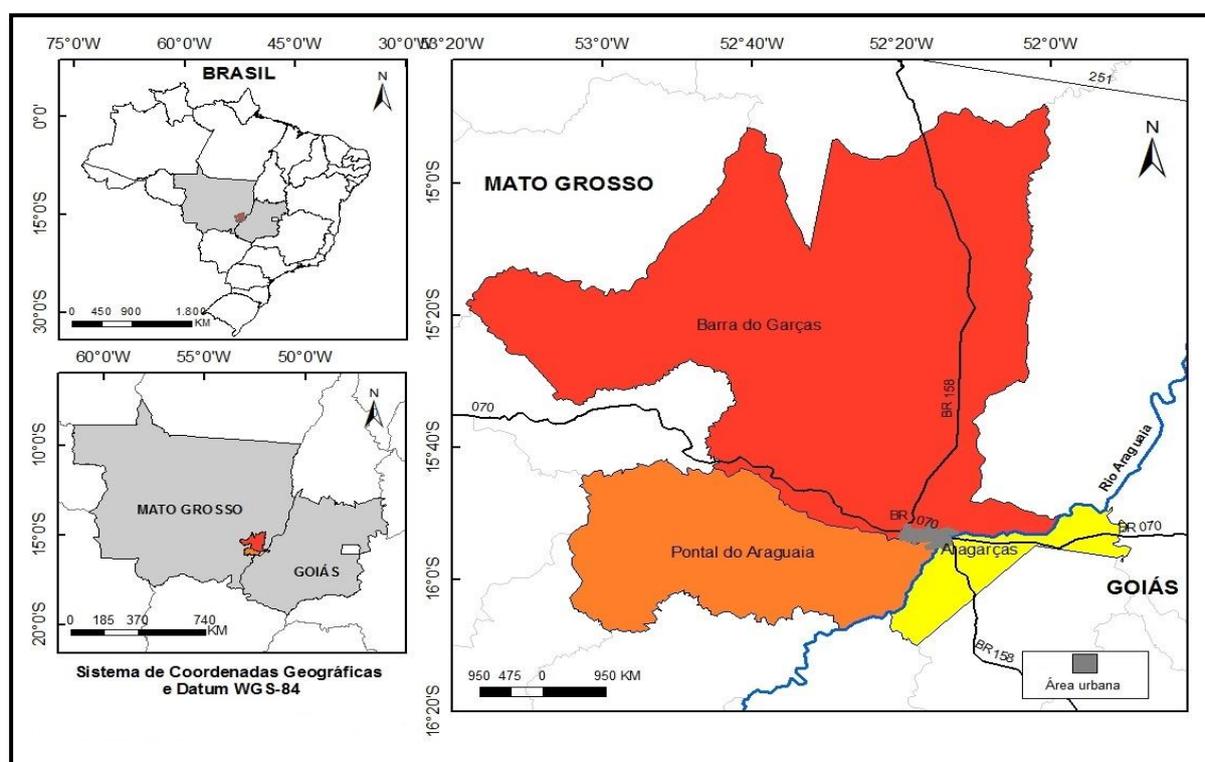
Esquema 1 – Elementos espaciais para análise do fenômeno de conurbação em área não metropolitana

Elaboração: Alexandre Eduardo Santos

⁶ Pautado nas três leis básicas da dialética discutidas por Lefebvre (1983).

O esquema representa, assim, a conexão dos elementos espaciais frente à dinâmica do processo de conurbação em área não metropolitana. A localização geográfica está diretamente ligada à gênese das cidades, sendo imprescindível na análise do fenômeno fora da metrópole, já que, para que a conurbação ocorra em cidades menores, a localização é fundamental para que as cidades se fundam e desenvolvam a continuidade espacial no processo de expansão urbana.

A área de estudo empírico que motiva a realização desta pesquisa, denominada Conurbação do Araguaia. Têm seus municípios localizados na divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, na região conhecida como Vale do Médio Araguaia. O encontro das áreas urbanas acontece entre 15°20' e 16°0' latitude Sul e 52°0' e 52°30' de longitude Oeste. As cidades são cortadas pelas rodovias federais BR 070 e BR 158. No Mapa 1, podemos observar a localização geográfica dos municípios e a mancha urbana formada pelas cidades de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças.



Mapa 1 – Localização da Conurbação do Araguaia

Fonte: IBGE (2010).

Cartografia digital: Alexandre Eduardo Santos.

Claval (2011) afirma que o conjunto das informações localizadas constitui a base sobre a qual se preparam as decisões que têm a ver com o espaço e a partir da qual se elaboram os saberes geográficos. Gomes (2009, p. 30) corrobora, afirmando que “cabe à Geografia tomar para si a tarefa de discutir o complexo sistema de posições e de localização, tentar desvendar o papel e a importância desse sistema e demonstrar o valor dessa análise para a compreensão deles”.

Para Dolfuss (1973), localizar consiste em indicar as coordenadas geodésicas, mas consiste, sobretudo, em definir o sítio e a posição:

O sítio representa o receptáculo territorial do elemento do espaço. A posição depende do sistema de relações que o elemento mantém com outros elementos, estejam estes próximos ou distantes. Sítio e posição se acham dialeticamente ligados, mas constituem duas noções a um tempo distintas e complementares (DOLFUSS, 1973, p.18).

Partindo da proposição do autor, consideramos que a localização geográfica como resultado da dupla sítio-posição está intrínseca ao processo de conurbação, sobretudo quando ocorre em áreas não metropolitanas. A gênese dos sítios urbanos dá-se numa posição proximal que possibilita a continuidade espacial por meio da expansão urbana e das interações espaciais entre os sítios urbanos.

Se no processo de conurbação em áreas metropolitanas as cidades expandem seus territórios urbanos, num movimento em que a grande cidade se estende e coalesce com as cidades de seu entorno, fora do contexto metropolitano esse processo será diferente. Na dinâmica de cidades de menor porte, em que não há o encontro das cidades por meio da expansão territorial urbana, a localização dos embriões urbanos já surge “pré-disposta” a conurbar-se, uma vez que os sítios se desenvolvem em posições que permitem a interação e a sobreposição da continuidade sobre as contiguidades. Essa dinâmica é mais comum em áreas limítrofes, em que o processo histórico de formação das cidades as direcionou para essas áreas de fronteira.

Nesse contexto, os limites político-administrativos exercem papéis essenciais para a análise geográfica do processo de conurbação. Do ponto de vista terminológico, vale ressaltar que o IBGE utiliza o termo limites para designar a divisão político-administrativa em nível federal, estadual ou municipal.

Machado (1998, 2010), num esforço de definição, afirma que a palavra limite foi criada para designar o fim de uma unidade político-territorial. Dessa forma, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. Os limites são importantes ao afirmarem a existência de um conjunto de indivíduos que compartilham um território e um governo comum, separado e diferente de outro conjunto de indivíduos.

Há também que se pensar em uma questão de fronteira. A fronteira, como elemento da constituição territorial, apresenta conceitos diversos. Para Machado (2010), o ambiente geográfico de fronteira é mais complexo do que o simbolizado pelo limite, pois se faz pela territorialização de grupos humanos, unidos pela permeabilidade dos limites, através da comunicação e da circulação.

Vale salientar que, nessa perspectiva, a fronteira traz arraigada a noção de estados nacionais, haja vista que as chamadas zonas de fronteira abrigam grupos humanos de nações diferentes. Isso implica numa dinâmica diferente do que acontece em áreas limítrofes que envolvem unidades político-administrativas no interior de um único país.

No entanto, pensando a questão da fronteira a partir da territorialização, esta pode ser pensada no fenômeno de conurbação, a partir do momento em que grupos humanos atravessam o limite e disputam os elementos de uma região em comum, que se sobrepõe aos limites e aos territórios. Assim, a dinâmica de fronteira estaria enraizada por meio dos processos de ocupação dos territórios e das formações das cidades. Por isso, optamos por utilizar o conceito de limites para a análise do processo de conurbação, pois este nos parece se adequar melhor à dinâmica espacial do fenômeno.

Deste modo, entendemos que no processo de conurbação os limites político-administrativos manifestam-se em pelo menos dois movimentos. O primeiro apresenta os limites como condição necessária ao estabelecimento da conurbação – uma vez que não haverá conurbação sem diferentes unidades políticas –, podendo se manifestar em limites intermunicipais e/ou interestaduais e/ou internacionais. O segundo movimento mostra o processo de eliminação desses limites por meio das integrações inter e intraurbana entre as unidades político-administrativas que compõem a conurbação. Pensando pela lógica da dialética, o limite é a condição inicial e sua superação dá a forma final, transformando, por tensão de opostos, a realidade em um novo movimento.

No processo de conurbação não metropolitana, os limites são ainda mais determinantes para a produção do espaço, pois condicionam as ações dos agentes sociais produtores do espaço urbano, principalmente o Estado, que, por meio de políticas públicas, institui e normatiza o ordenamento espacial, restringindo suas ações a esses limites.

Os limites político-administrativos dão a lógica espacial da conurbação, a particularidade de formar um tecido urbano contínuo, que além da proximidade física, estabelece uma integração por meio da fluidez dos movimentos rotineiros e constantes. Dolfuss (1973) afirma que esses espaços animados por fluxos intensos revelam a trama de inter-relações das aglomerações urbanas e, assim, o espaço torna-se unificado em detrimento de sua justaposição. Destarte, é possível perceber, do ponto de vista espacial, que “essas áreas se recobrem, encaixando-se e confundindo-se umas com as outras” (DOLFUSS, 1973, p. 94).

A Conurbação do Araguaia apresenta limites político-administrativos em nível intermunicipal por meio de três unidades, e interestadual por meio de duas unidades. Esses limites são visíveis na mancha urbana por serem elementos naturais fixos, no caso os rios Araguaia e Garças.

A partir da conformação espacial materializada pelo fenômeno de conurbação, podemos entender que a produção do espaço urbano acontece contiguamente – por conta dos limites político-administrativos –, e que essa contiguidade é sobreposta pela continuidade que se manifesta através dos vínculos socioeconômico e cultural que se estabelecem entre as cidades que formam a conurbação.

Nesse contexto, contiguidade e continuidade constituem-se em elementos espaciais que expressam a lógica da conformação espacial no fenômeno de conurbação fora da metrópole. A contiguidade estabelecida entre as cidades remetem à localização geográfica, que permite a proximidade entre os núcleos urbanos de diferentes unidades político-administrativa. A continuidade dá um caráter de unicidade às cidades conurbadas, por meio dos movimentos, das interações e da superação dos limites, conforme a dinâmica apresentada na Figura 1.

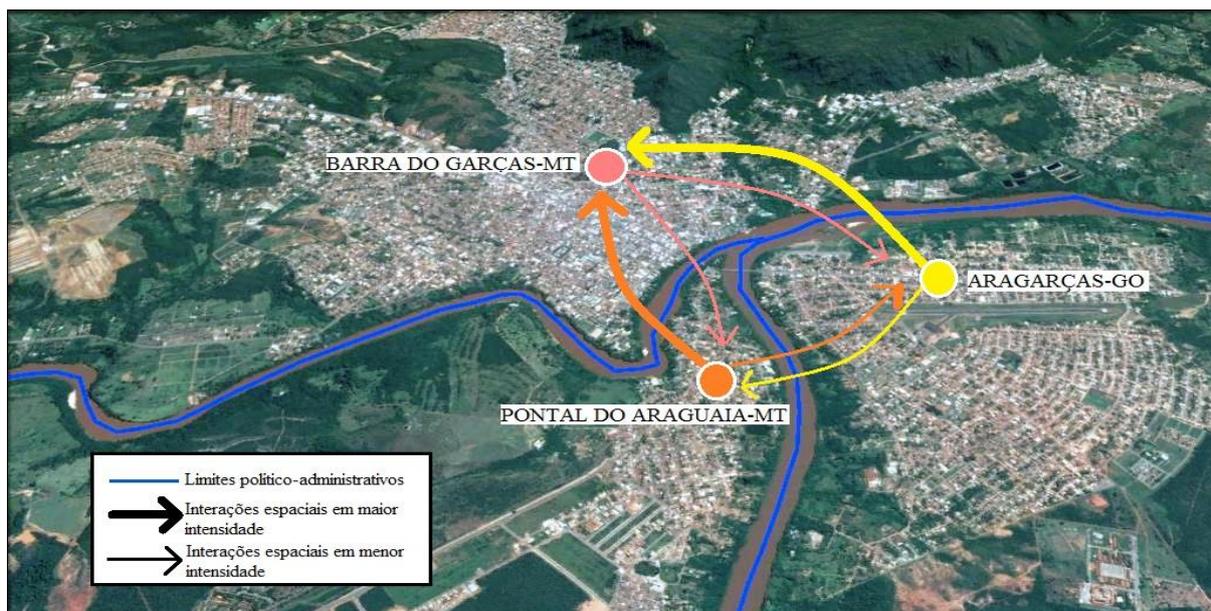


Figura 1 – Limites político-administrativos e interações espaciais na Conurbação do Araguaia

Fonte: Google Earth, 2014.

Organização: Alexandre Eduardo Santos.

Sposito (2004) afirma que, em diversos contextos espaciais, a descontinuidade territorial é possível porque a continuidade espacial se fortalece por meio de ampliação de infraestruturas de circulação e comunicação e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos. Nesse movimento, interagem veículos automotivos, antenas, microcomputadores, seja através dos sistemas viários, das redes de telefonia, televisão, internet, entre outros.

Partindo desse pressuposto, a análise da organização espacial intraconurbação pode ser pensada a partir dos fixos e dos fluxos. Santos (1988, 2006) propõe que a análise geográfica pode ser construída considerando o espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Nessa perspectiva, os elementos fixos são os instrumentos de trabalho e as forças produtivas em forma de objetos localizados, fixados em cada lugar, permitindo ações que redefinem o próprio lugar. Os elementos fluxos expressam-se em forma de movimento que envolve circulação, distribuição e consumo, sendo resultado da ação dos elementos fixos.

Assim, essa relação de dependência entre elementos fixos e fluxos torna-se fundamental para a análise espacial do processo de conurbação. As interações e as alterações mútuas entre eles conferem ao espaço a noção de totalidade. No que tange ao espaço intraconurbação, os fixos e fluxos possibilitam a análise da organização e da interação espacial entre as cidades que constituem a conurbação.

A proposição de Corrêa (1997) sobre as interações espaciais abrange a complexidade intencional e escalar dessas interações, permitindo que as pensemos na dinâmica espacial de conurbações não metropolitanas.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informações sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades (CORRÊA, 1997, p. 279).

São essas interações espaciais que se manifestam por movimentos entre as cidades conurbadas, que além de trabalho e educação, abrangem consumo individual e coletivo, prestação de serviços e lazer, promovendo, assim, o intenso vínculo socioeconômico e cultural de caráter intraurbano que Villaça (2001) ressalta como condição ao processo de conurbação.

[...] Sua efetivação pressupõe novas interações espaciais. Estas se realizam, em parte, na escala intraurbana, envolvendo o deslocamento cotidiano entre residência e local de trabalho dos operários, assim como, para outros movimentos do ciclo, de comerciários, bancários, técnicos e executivos do capital, entre outros. Envolve também deslocamentos associados à formação, existência e reprodução daqueles envolvidos, direta e indiretamente, no processo produtivo. As interações se fazem sobremaneira com base na utilização de ônibus, trens suburbanos e veículos individuais, assim como através do telefone e de outros meios de comunicação. Se fazem também a pé. [...] (CORRÊA, 1997, p.290).

As interações espaciais devem ser entendidas por sua essência na conformação espacial, não como apenas simples e puros deslocamentos. Toda essa dinâmica promovida por essas interações ressaltadas pelo autor supracitado, reconfigura o espaço conurbado. O Censo Demográfico do IBGE de 2010 revela os dados por amostra dos deslocamentos da população residente para estudo e trabalho por município. Organizamos os dados referentes aos municípios que formam a Conurbação do Araguaia (Gráfico 1).

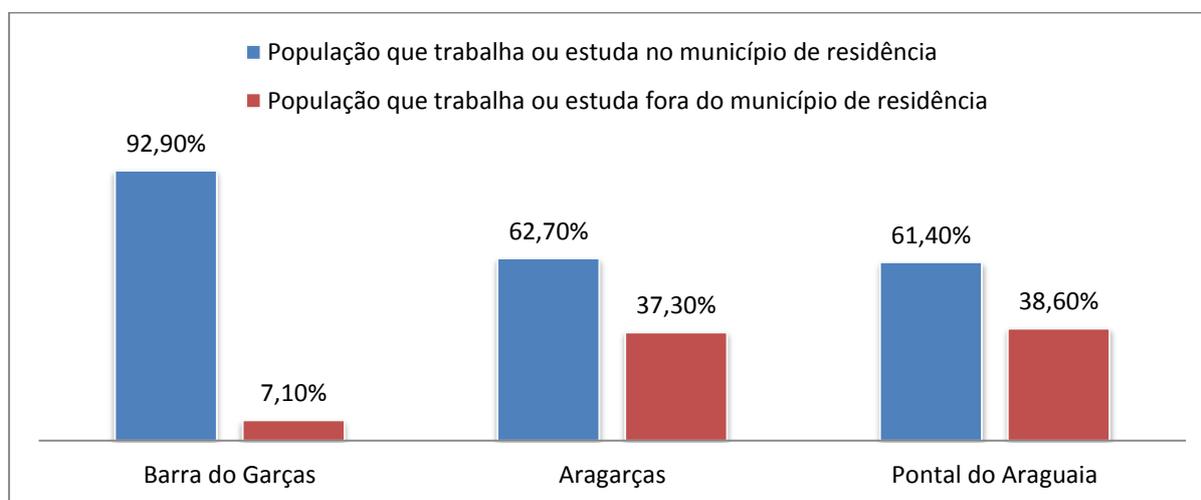


Gráfico 1 – População residente, por deslocamento para trabalho e estudo – 2010

Fonte: Censo demográfico do IBGE.

Organização: Alexandre Eduardo Santos, 2014.

A partir desses dados, podemos inferir que as interações espaciais entre as cidades conurbadas dão-se de forma intensa, sobretudo no sentido de Pontal do Araguaia e Aragarças para Barra do Garças⁷. Esses movimentos, que estão relacionados principalmente ao deslocamento para trabalho, dá-nos uma ideia da forte vinculação social e econômica entre as cidades. Conseqüentemente, as

⁷ Como podemos observar na Figura 1.

interações espaciais impulsionadas por motivos de trabalho e de estudo manifestam também as interações promovidas pelos movimentos de produção e consumo.

Junto à dinâmica promovida pela lógica de interações espaciais, outro elemento deve ser levado em consideração na análise espacial do processo de conurbação, o processo em que uma cidade absorve outra(s). Conforme citado anteriormente, Villaça (2001) destaca esse processo de absorção como condição e como consequência do fenômeno de conurbação.

O movimento contraditório entre a expansão urbana e os limites político-administrativos resulta num espaço urbano contínuo, mediante o processo de absorção de uma cidade pela outra, principalmente por meio das inter-relações sociais e econômicas. Essas inter-relações, conseqüentemente, promovem interdependência entre as cidades, dinamizando o espaço intraconurbação.

A absorção ocorre num movimento hierárquico, em que a “cidade central” se torna o ponto por meio do qual se desenvolvem, em maior intensidade, as inter-relações socioeconômicas. Vale ressaltar o caráter dialético desse processo, uma vez que, em menor intensidade, as cidades menores também podem atrair demanda por meio de seus fixos. Assim, a configuração e as interações espaciais acontecem numa lógica multidirecional.

O Gráfico 1 possibilita observarmos como esse processo acontece na prática. Barra do Garças é a cidade central da Conurbação do Araguaia. Além de manter a grande maioria de sua população (92,9%) estudando e trabalhando no próprio município, ainda tem uma parcela significativa que sai do município para essas atividades (7,1%), ressaltando que em cidades não conurbadas o percentual de deslocamento, em média, é bem menor⁸.

Em contrapartida, Aragarças e Pontal do Araguaia têm o papel de fornecer mão de obra, principalmente para o comércio, para a prestação de serviços especializados e atividades administrativas em Barra do Garças⁹. Entretanto, vale ressaltar que as duas cidades mantêm a maioria de sua população estudando e trabalhando no próprio município, além de também atrair trabalhadores para atividades de comércio e prestação de serviços, ainda que em menor percentual.

Partindo dessa condição, podemos entender que o processo de absorção torna-se um elemento espacial intrínseco ao processo de conurbação, num movimento que promove a ocorrência do fenômeno. Contudo, vale ressaltar que, ainda que as cidades que estejam envolvidas no processo de conurbação sejam absorvidas por uma cidade central, as demais cidades conurbadas podem gerar centralidade, num processo que pode resultar num espaço intraconurbação¹⁰ policentral¹¹, provocando, conseqüentemente, competição entre as cidades.

⁸ De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o município de Jataí-GO, por exemplo, apresenta um percentual de 97,3 % de pessoas que trabalham ou estudam no próprio município, ou seja, apenas 2,7% se deslocam para estudar ou trabalhar em outro município.

⁹ A cidade de Barra do Garças é classificada pelo IBGE (2008) como Centro Sub-regional A, polarizando uma hinterlândia que compreende 27 municípios entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, entre eles Aragarças e Pontal do Araguaia. Frente a esse papel de influência regional, Barra do Garças dispõe de um comércio diversificado que abrange itens básicos como vestuário e alimentação até maquinários agrícolas de alto padrão tecnológico. Na cidade também são encontrados serviços especializados relacionados às atividades agropecuárias, comerciais, industriais, de engenharia e de saúde. Vale ressaltar que Barra do Garças vem se firmando como polo educacional, com campus da Universidade Federal de Mato Grosso, do Instituto Federal de Mato Grosso, centro de ensino técnico estadual, SENAC, SENAI, além de grandes instituições de ensino privado.

¹⁰ O termo espaço intraconurbação faz alusão ao termo espaço intraurbano de Corrêa (2003), correspondendo, assim, ao espaço interno das cidades conurbadas, ou seja, o espaço intraurbano da conurbação.

¹¹ Segundo Corrêa (2005), a área central concentra as principais atividades comerciais, de serviços e de transportes. Em contrapartida ao processo de centralização, ocorre o processo de descentralização, que corresponde à formação de novas *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(1): 35-52, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

De modo geral, as inter-relações socioeconômicas, o processo de absorção e o contexto de competição e complementariedade entre as cidades conurbadas, maximizam a área de influência das cidades, sobretudo da “cidade central”, que atrai a instalação de novos fixos e demanda novos fluxos. Assim, entendemos que a conurbação pode ser definida como um resultado, mas, principalmente, como um processo que se organiza em função dos elementos espaciais e seus movimentos que o dinamizam.

Essa dinâmica, em que a conurbação potencializa o espaço urbano das cidades envolvidas no processo, confere uma reconfiguração do segmento de rede urbana, uma vez que a conurbação caracteriza uma nova escala na rede urbana, conferindo uma re-dinamização dessas cidades.

Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia apresentam a particularidade de formarem uma conurbação em área não metropolitana, que compreende três municípios e dois estados da federação, que recobrem-se uns sobre os outros no espaço urbano. Dessa forma, a Conurbação do Araguaia, em sua dinâmica espacial, figura-se como uma das várias formas que o fenômeno urbano adquire em sua dimensão não metropolitana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que o termo conurbação vem sendo empregado nos trabalhos científicos e nos documentos de instituições públicas e privadas para designar a unificação de áreas urbanas de diferentes unidades político-administrativas, formando uma mancha urbana contínua. Assim, o termo conurbação expressa basicamente a coalescência de áreas urbanas que se relacionam em seus aspectos econômicos, sociais e culturais, independentemente do tamanho das cidades que a compõem.

É possível admitir a ocorrência do fenômeno da conurbação para além das áreas metropolitanas, a partir de seus elementos constitutivos comuns às diferentes escalas do espaço urbano. O processo de fusão das áreas urbanas de diferentes unidades político-administrativas perpassa pelos elementos acima discutidos, como a localização – sítio e posição –, os limites, as interações espaciais e as inter-relações socioeconômicas, reconfigurando as cidades conurbadas.

Os processos que envolvem os fenômenos da conurbação apresentam diversas formas de produção e organização espaciais, que, muitas vezes, não são facilmente perceptíveis no tempo e no espaço. Essa situação requer análises em que sejam levadas em consideração a gênese, a localização geográfica, as funções e as interações espaciais que são particulares em cada fenômeno.

As áreas conurbadas reconfiguram o espaço intra e interurbano das cidades envolvidas, conferindo, assim, uma forma de organização urbana singular, que ainda é pouco investigada. Tal condição requer avanços teóricos, sobretudo no que tange aos elementos espaciais que configuram o fenômeno, buscando novas perspectivas, com o olhar geográfico para esses espaços urbanos não metropolitanos.

O planejamento urbano no Brasil existe apenas na escala local, excluindo os processos que envolvem mais de uma cidade na mesma mancha urbana. Dessa forma, compreender o processo de conurbação em áreas não metropolitanas pode contribuir para direcionar políticas públicas municipais que, ao invés de promover

áreas com funções centrais, que está diretamente associado ao crescimento da cidade, assim, em uma mesma área urbana é possível identificar mais de uma área central, podendo ser denominado “policentral”.

competição entre os centros, desenvolvam ações conjuntas entre as unidades político-administrativas conurbadas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Andrea C. et. al. **Frontier conurbations: rather than twin cities, a symbiotic outcome of two national cultures and identities.** In: Space Syntax Symposium 2011. Santiago do Chile: Pontifica Universidad Catolica de Chile. v. 1. p. 8112:1-8112:17. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal 1988.** Parágrafo 3 Artigo 25. Brasília: Senado Federal, 1988.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia.** Florianópolis, Editora da UFSC, 2011.

CORRÊA, Roberto L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, R. L. (Ed.). **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997. pp. 279-318.

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território.** Rio de Janeiro, Ano VII, n.11, 12 e 13, pp.133-136, set./out. 2003.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DOLFUSS, Oliver. **A análise geográfica.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

GOMES, Paulo César C. Um lugar para a Geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. In: VIII ENANPEGE, 2009, CURITIBA. **Anais...** Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009. v. 1. pp. 13-30.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução.** Tradução de Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papyrus, 1994.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil.** Disponível em: <<ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/bcim.pdf>> (acesso em: 20 set. 2014).

_____. **Censo demográfico de 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JARAMILLO, Cecília. I. M. La conurbación: rizoma urbano y hecho ambiental complejo. In: VII Seminario Nacional de Investigación Urbano-Regional, 2008, Medellín. **Anales...** Medellín: Universidad Nacional de Colombia. pp. 1-12. Disponível em: < <http://www.bdigital.unal.edu.co/3363/1/CIM-CONURBACION.pdf> >. (acesso em: 25 ago. 2014).

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MACHADO, Lia O. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: Angel Nuñez; Maria Padoin; Tito Carlos M.de Oliveira. (Org.). **Dilemas e Diálogos Platinos: fronteiras**. Dourados, Mato Grosso do Sul: Editora da Universidade Federal de Grande Dourados, 2010. v. 1, pp. 59-72.

_____. Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura. **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 243-281.

_____. Limites, Fronteiras, Redes. In: Strohaecker, T.; Damiani, A.; Schäffer, N.. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB - Porto Alegre, 1998. pp. 41-49.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

RIGATTI, Décio. **Measuring Conurbation**. In: 7th International Space Syntax Symposium, 2009, Estocolmo. Disponível em: <http://www.sss7.org/Proceedings/05%20Spatial%20morphology%20and%20Urban%20Growth/093_Rigatti.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SPOSITO, Maria E. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. Conceitos e leis sobre o espaço urbano-regional. In: _____. **Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.p. 123-132.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Artigo submetido em: 31/05/2015

Aceito para publicação em: 22/08/2015

Publicado em: 11/09/2015